



# A SEGURANÇA ALIMENTAR E A REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES (RRD)

*Amanda Alves Queiroga  
Maiane Barbalho da Luz  
Hamilcar José Almeida Filgueira*

# **Introdução**

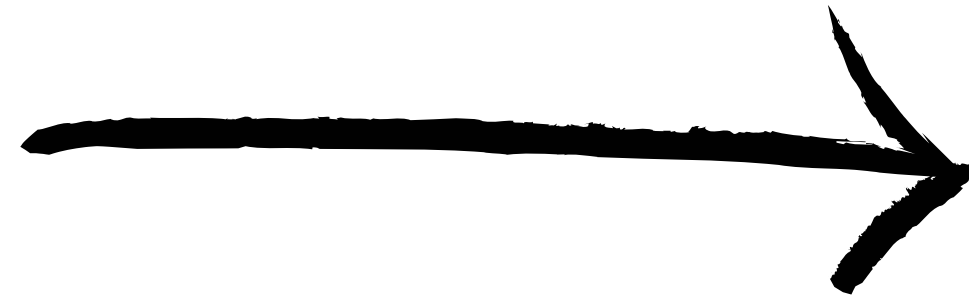
- **As mudanças climáticas têm trazido vários desafios a população global.**
- **Desastres têm acometido diversos locais, deixando grandes devastações.**
- **Gestão de risco a desastres relacionados com fenômenos naturais é dada aos elementos de maior visibilidade nas cidades.**
- **Segurança alimentar.**
- **De acordo com um estudo feito entre os anos de 2003 e 2013, realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), dos impactos provenientes de um desastre, cerca de 22% é sobre o setor agrícola (ONU, 2015).**

# Introdução

Desastre



infraestrutura associada e transporte dos alimentos para os supermercados



afetam cultivos, causando um impacto muito grave na renda dos pequenos agricultores



Preços dos alimentos se elevam, afetando na importação e exportação

# *Introdução*

Investir na gestão para a Redução de Riscos de Desastres (RRD) é também investir na segurança alimentar

# Objetivo

Levantamento bibliográfico acerca da relação entre segurança alimentar e desastres e quais ações têm sido desenvolvidas pelos países visando a RRD e a segurança alimentar e nutricional.

# RRD

O conceito e a prática de reduzir risco de desastre através de esforços sistemáticos voltados à análise e gestão dos fatores causais dos desastres, que inclui a redução do grau de exposição à ameaça, diminuição da vulnerabilidade da população e da propriedade, manejo sensível do solo e meio ambiente, e a melhoria do preparo para eventos adversos.

*UNISDR (2009, p.27)*

# Segurança Alimentar

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

*Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional -  
LOSAN (Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006)*

# Metodologia

Abordagem de natureza qualitativa, onde sua fundamentação esteve baseada na revisão da literatura sobre a importância da segurança alimentar no contexto da redução do risco de desastres (RRD). Para tanto os dados e as informações foram pesquisadas em trabalhos publicados por instituições de ensino superior, em eventos técnico-científicos, em páginas na Internet e em periódicos nacionais e internacionais.



# Resultados e discussão

**2** FOME ZERO E  
AGRICULTURA  
SUSTENTÁVEL



## Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Preocupação com a temática da segurança alimentar

# Relatório especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5 °C

- No item B.5, a segurança alimentar é citada como um dos riscos que se projetam com o aquecimento global.
- No tópico B.5.3 projeta-se que uma elevação de 1,5 °C provoca em reduções líquidas menores em lavouras de cereais (arroz, trigo e milho, por exemplo), praticamente na África Subsaariana e América Central e do Sul.
- A pecuária também seria prejudicada pela mudança da temperatura, dependendo da magnitude e extensão das alterações na qualidade da alimentação, propagação de doenças e disponibilidade de recursos hídricos.

O relatório da Organização Mundial da Saúde, elaborado em 2018, intitulado “The state of food security and nutrition in the world - Building climate resilience for food security and nutrition”, destaca o fato de que a produção agrícola e os sistemas alimentares são os maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE), ao mesmo tempo que também são um dos sistemas mais sensíveis às mudanças climáticas, sendo então necessários desenvolver sistemas sustentáveis, reduzindo as emissões, e sendo resilientes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

Como exemplo das consequências adversas provenientes de desastres, cita-se Bangladesh, onde, em 1998, inundações causaram diversas perdas, causando danos a plantações de arroz, interferindo na renda dos agricultores e no preço do arroz nos supermercados, impactando a segurança alimentar da região (DEL NINNO et al., 2003).

Na América Latina e Caribe a preocupação também existe. Entre 2003 e 2014 o impacto econômico na região custou US\$ 34,300.00, afetando mais de 67 milhões de pessoas. Entre 2003 e 2016 o setor agrícola foi afetado por 16% dos danos e perdas provocados pelos desastres, onde 71% atingiram os cultivos, 13% as florestas, 10% a pecuária e 6% a pesca.

No intuito de fortalecer as nações e reduzir os impactos das calamidades, a FAO também esteve presente com mais uma iniciativa. Desenvolveu o Programa-Quadro de Redução de Riscos de Calamidades para a Segurança Alimentar e Nutricional, que é constituído de quatro pilares que compreendem todas as categorias agrícolas e proporcionam a cooperação entre eles. Esses pilares estavam profundamente interligados aos territórios prioritários do Marco de Ação de Hyogo (2005-2015), assinado por países participantes da Segunda Conferência Mundial para a Redução dos Desastres, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2005 no Japão. Apesar da vigência deste ter sido finalizado, a FAO lançou em 2015 um novo estudo, com novos mecanismos para dar continuidade ao programa supracitado. Esse estudo foi apresentado na Terceira Conferência Mundial da ONU para a Redução do Risco de Desastres, na qual foi instituído o Marco de Sendai (2015-2030). Esse estudo foi “O impacto dos perigos naturais e desastre na agricultura e segurança alimentar e nutrição: uma chamada para ação para construir vida resiliente”.

Buscando a resiliência das comunidades frente aos desastres, por meio da FAO, a ONU (2018) chegou a aldeia indígena Paruíma, na região Cuyuni-Mazaruni da Guiana, fornecendo um treinamento com intuito melhorar as técnicas na agricultura visando a resiliência das comunidades frente as mudanças climáticas. Eles receberam capacitação para a manutenção de suas lavouras, adquirindo mais independência quanto o manejo e a possibilidade de, mesmo com a incidência de eventos extremos, possuir segurança alimentar.

Sobre colheitas, percebe-se que uma das buscas realizadas visando a RRD é a procura por culturas resilientes a seca, ou seja, aquelas que necessitam de menos água para se desenvolver. Ainda, também, a busca por culturas resilientes às inundações. Países como a China tem grande parte da água direcionada para a produção de arroz. Para produzir 1kg de arroz são necessários 4.000 litros de água, portanto na atual conjuntura é preciso pensar em cultivos alternativos. Então, tem-se preservado um banco de sementes nas Filipinas, o maior banco de genes de arroz do mundo, incluindo tipos como o “arroz de mergulho”, tolerante às inundações, e variedades como o Sahod Ulan, que é tolerante a seca (BBC, 2019).



# Conclusão

Portanto, visto ao longo da pesquisa a relação existente entre a RRD e a segurança alimentar, conclui-se que é imprescindível uma visão sistêmica. Dessa forma, a tentativa de resolução ou mitigação dos entraves que surgem, podem ser integrados entre diversos setores, inclusive a sociedade civil, sabendo que, quanto maior a representatividade, maior a possibilidade de sucesso na aplicação do planejamento e da gestão territorial. Diante do cenário de mudanças climáticas que se está enfrentando, a adaptação e a resiliência são conceitos fundamentais, visando a RRD para contribuir para a segurança alimentar.

OBRIGADA!